



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0015931-43.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Monitória - Contratos Bancários**  
 Requerente: **Banco do Brasil S A**  
 Requerido: **Setorfres Indústria e Comercio de Maquinas e Peças para Embalagens Plásticas Ltda e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

**Vistos, etc...**

**BANCO DO BRASIL S/A** ajuizou Ação **MONITÓRIA** em face de **SETORFRES INDÚSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS E PEÇAS PARA EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA., VLADEMIR MESSIAS BERNARDO MOREIRA, SONIA APARECIDA BOGAS MOREIRA E SANDRA HELENA MOREIRA**, todos devidamente qualificados.

Aduz o autor, em síntese, que a empresa ré é devedora do contrato de abertura de crédito – BB Giro Empresa Flex nº 029.506.285, firmado na data de 16/11/2007, com limite de crédito no valor de R\$ 95.000,00. A empresa fez uso do crédito disponibilizado, sem as devidas quitações; assim, em 29/08/2013 o débito alcançou o valor de R\$ 120.322,16. Requereu a expedição de mandado de pagamento no valor total da dívida com as devidas atualizações de valores, não sendo opostos embargos ou sendo os mesmo rejeitados, requereu o prosseguimento do feito com realização de penhora e condenação da empresa requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios. A inicial veio instruída por documentos às fls. 05/19.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Devidamente citada a empresa ré opôs embargos alegando que a autora efetivou em sua conta lançamentos unilateralmente conforme auditoria técnica realizada e recusa-se a revisar as operações de crédito, informar a metodologia de cálculo aplicada nas operações financeiras; ademais, não se sabe se a cobrança dos encargos foi efetivada de forma linear e ou exponencial ou mesmo a margem do spread de cada operação efetivada no bojo das contas correntes. Requereu o recebimento dos presentes embargos à monitória, instruída de Laudo Parecer, o afastamento das capitalizações diárias e mensais dos juros existentes nas operações efetivadas na conta corrente mantida pela embargante junto ao banco embargado, seja declarado e decretado o abusivo spread (margem financeira) que excedeu a 20% do custo de captação, declaração de nulidade e abusividade das cláusulas contratuais.

Impugnação aos embargos à monitória às fls. 227/249.

As partes foram instadas a produção de provas à fls. 250. Às fls. 252/254 a empresa requerida manifestou interesse na prova pericial e a instituição financeira autora requereu o julgamento antecipado da lide à fls. 256.

À fls. 225 foi deferida prova pericial e nomeado perito, facultando-se às partes a indicação de assistentes técnicos e oferecimento de quesitos. Às fls. 227/228 a empresa requerida se manifestou quanto aos honorários periciais informando a nomeação de assistente técnico e apresentou quesitos contidos em petição anterior e a instituição financeira requerente deixou de se manifestar.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Às fls. 237 foi declarada preclusa a oportunidade de produção de prova pericial contábil ante a ausência do depósito dos honorários periciais.

Esse, na síntese do que tenho como necessário, é o breve **RELATÓRIO**.

**D E C I D O**, no estado por entender que a cognição está completa nos moldes em que se estabeleceu a controvérsia.

Inicialmente, antes de analisar o mérito cabe ao juízo afastar a preliminar de fls. 50, pois o remédio judicial buscado pelo Requerente é adequado ao caso conforme disposição do artigo 1.102-A do CPC que traz como requisito para adentrar com Ação Monitória a prova escrita sem eficácia de título executivo. Portanto, qualquer documento, ainda que não prove o fato constitutivo, permite ao judiciário deduzir, através de presunção, a existência do direito alegado.

Segundo José Rogério Cruz e Tucci:

Múltiplos são os casos de cabimento da Ação Monitória, **bastando que o interessado seja portador de um documento, público ou privado, que justifique o crédito e que não tenha a eficácia típica dos títulos executivos extrajudiciais**. Desse modo, os advogados e arquitetos, por exemplo, possuidores de cartas, fac similes, telegramas, que declarem a concordância com os honorários cobrados poderão valer-se da ação Monitória... **O mesmo ocorre na hipótese do credor ser portador de um título de crédito despido de eficácia executiva...** (Ação Monitória, Ed. RT, pág. 61, com destaques deste julgador).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Passo à análise do mérito.

Embora não estejam negando a dívida, pretendem os embargantes, na verdade, o recálculo de seu débito de acordo com aquilo que entendem legítimo e adequado a parâmetros estabelecidos, mas sem atacar, de modo claro e objetivo, as disposições contratuais.

É ônus daquele que se opõe à cobrança impugnar especificamente os valores cobrados, indicando (obviamente após análise acurada) as cláusulas contratuais que entendem ilegítimas e demonstrando que houve descumprimento da lei.

No caso, nada disso foi providenciado.

Os embargantes, inclusive, deixaram precluir a perícia contábil, que havia sido deferida no seu interesse, ao não depositarem os honorários periciais (a respeito confira-se fls. 237).

De qualquer maneira o juízo enfrentará a matéria trazida (genericamente) diante das disposições contratuais.

Não se pode dizer que a fixação da taxa de juros ficou apenas ao talante da autora e que houve capitalização.

No plano constitucional, o artigo 192, parágrafo 3, da Constituição Federal não possui auto-aplicabilidade, entendimento este do E. Supremo Tribunal Federal:

**EMENTA: - DIREITO CONSTITUCIONAL.  
MANDADO DE INJUNÇÃO. TAXA DE JUROS**


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

REAIS: LIMITE DE 12% AO ANO. ARTIGOS [5º](#), INCISO [LXXI](#), E [192](#), [§ 3º](#), DA [CONSTITUIÇÃO FEDERAL](#). 1. Em face do que ficou decidido pelo Supremo Tribunal Federal, ao julgar a ADI nº 4, o limite de 12% ao ano, previsto, para os juros reais, pelo [§ 3º](#) do art. [192](#) da [Constituição Federal](#), depende da aprovação da Lei regulamentadora do Sistema Financeiro Nacional, a que se refere o “caput” do mesmo dispositivo. 2. Estando caracterizada a mora do Poder Legislativo, defere-se, em parte, o Mandado de Injunção, para se determinar ao Congresso Nacional que elabore tal Lei. [3](#). O deferimento é parcial porque não pode esta Corte impor, em ato próprio, a adoção de tal taxa, nos contratos de interesse dos impetrantes ou de quaisquer outros interessados, que se encontrem na mesma situação. 4. Precedentes. (MI 611/SP, julgado em 21/08/2002, de relatoria do Min. Sydney Sanches).

No plano infraconstitucional os juros contratuais ou às taxas máximas, expressões equivalentes à comissão de permanência, não ficaram subordinados às disposições do decreto 22.626/33, uma vez que, desde a vigência da lei 4595, passou a ser competência do Conselho monetário Nacional disciplinar as taxas de juros e outras remunerações dos serviços bancário (Súmula 596 do STF; LEX 121/64; 125/87; 125/39; 119/159).

Para lançar uma pá de cal sobre a questão que remete à extensão dos juros cobrados pelas instituições financeiras, em 20 de junho de 2008 foi publicada no DOU a Súmula Vinculante nº 07 do Supremo Tribunal Federal, revelando que “a norma do parágrafo 3º do artigo 192 da Constituição Federal, revogada pela Emenda Constitucional nº 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicação condicionada à edição de lei complementar”.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Calha lembrar, outrossim, a súmula 596 do E. Supremo Tribunal Federal: “As disposições do Decreto 22.626 de 1993 não se aplicam às taxas de juros e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas, que integram o Sistema Financeiro Nacional”.

Optando por realizar negociações, amortizações parciais ou mesmo, nada pagar, a parte deve submeter-se ao que pactuou, principalmente no que diz respeito a cobrança de juros e outros encargos de inadimplemento.

\* \* \*

Por outro lado, é importante ressaltar que o tema, que envolve a legalidade da capitalização de juros mesmo mensal remete à data da contratação, vale dizer, impõe indispensável verificar se o contrato foi firmado entre as partes antes ou após a edição da Medida Provisória nº 1.963-17, de 30/03/2000.

No caso sub examine, a contratação ocorreu após a edição da medida Provisória (o contrato foi firmado em 16/11/2007 – cf. fls. 11) o que torna possível a capitalização de juros.

Tal medida provisória foi reeditada na de nº 2.170-36, de 23 de agosto de 2001 e esta em seu artigo 5º, caput, passou a autorizar a capitalização dos juros cobrados pelas instituições financeiras, nos seguintes termos: “Nas operações realizadas pelas instituições integrantes do Sistema Financeira nacional, é admissível a capitalização de juros com a periodicidade inferior a um ano”.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Essa Medida Provisória, por força do artigo 2º da Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001, vigorará com força de lei até que a medida provisória ulterior a revogue explicitamente ou até deliberação definitiva do Congresso Nacional.

Nesse sentido é a decisão do Ministro Aldir Passarinho Junior, Relator no AgRg no REsp 1052298/MS, STJ, julgado em 04/02/2010:

Com relação à capitalização, a 2ª Seção, ao apreciar o REsp n.602.068/RS, entendeu que somente nos contratos firmados após 31.03.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17, revigorada pela MP n. 2.170-36, em vigência graças ao art. 2º da Emenda Constitucional n. 32/2001, é admissível a capitalização dos juros em período inferior a um ano. In casu, o contrato sob exame foi firmado posteriormente às normas referenciadas, de modo que legítima a capitalização dos juros remuneratórios, como pactuada. II. Referentemente à comissão de permanência, firmou-se o entendimento de que ela pode ser deferida de acordo com a Súmula n.294 deste Tribunal, desde que sem cumulação com juros remuneratórios e moratórios, multa e correção monetária (2ª Seção, AgR-REsp n. 706.368/RS, relatora Ministra Nancy Andrighi, unânime, DJU de 08.08.2005). III. A limitação dos juros remuneratórios com base da Lei de Usura, sob o pretexto de revogação da Lei n. 4.595/1964 pela Constituição Federal, com fulcro na qual foi editada a Súmula n. 596-STF, exige a interposição de recurso extraordinário. Incidência da Súmula n. 126/STJ. IV. Agravo regimental parcialmente provido.

Reconhecendo a legalidade da capitalização dos juros remuneratórios em periodicidade inferior a um ano nos contratos bancários celebrados após a MP 1.963-17 (publicada em 31/03/2000 e revigorada pela MP 2.170-36, de 23/08/2001), segue o acórdão do E. Superior Tribunal de Justiça, a quem cabe, em âmbito nacional, interpretar e uniformizar o direito





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

infraconstitucional:

Processo Civil. Agravo Interno. Ação revisional de contrato bancário. Agravo Improvido.

I – o fato de as taxas de juros excederem o limite de 12% ao ano, por si, não implica abusividade; impõe-se a sua redução, tão-somente quando comprovado que discrepantes em relação à taxa de mercado para operações da mesma espécie.

II – nas operações realizadas pelas instituições financeiras permite-se a capitalização dos juros na periodicidade mensal quando pactuada, desde que celebradas a partir da publicação da Medida Provisória nº 1.963-17 (31/03/2000).

III – Agravo improvido (STJ, 3ª Turma, AgRg no Resp 879.902/RS, Reg. 2006/0185798-7, j. 19/06/2008, vu, Rel. Min. Sidnei Beneti, DJe 01/07/2008).

Também não se pode falar na aplicação, à hipótese vertente, da **“teoria da lesão enorme”** (como quer a devedora à fls. 10/13 da inicial), que, segundo seus defensores, encontra ressonância no art. 4º, alínea “b”, da Lei nº 1.521/51, segundo o qual constitui crime contra a economia popular *“obter, ou estipular, em qualquer contrato, abusando da premente necessidade, inexperiência ou leviandade de outra parte, lucro patrimonial que exceda o quinto do valor corrente ou justo da prestação feita ou prometida”*.

Infere-se, do dispositivo legal acima transcrito, que, para a configuração da chamada lesão enorme, seria indispensável a presença de dois requisitos: um de natureza objetiva, consistente na obtenção de lucro patrimonial superior ao quinto do valor corrente ou justo da prestação feita ou prometida, ou seja, a 20% (vinte por cento), e outro de natureza subjetiva, consistente no abuso do estado de premência, inexperiência ou leviandade da outra parte contratante.





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

\* \* \*

Pelo exposto **REJEITO os embargos** opostos e **CONDENO** SETORFRES INDÚSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS E PEÇAS PARA EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA., VLADimir MESSIAS BERNARDO MOREIRA, SONIA APARECIDA BOGAS MOREIRA E SANDRA HELENA MOREIRA em face de BANCO DO BRASIL S/A a pagar ao autor, **BANCO DO BRASIL S/A**, R\$ 120.322,16 (cento e vinte mil trezentos e vinte e dois reais e dezesseis centavos), com correção a contar do ajuizamento, mais juros de mora à taxa legal, a contar da citação.

Ante a sucumbência, condeno ainda os requeridos ao pagamento das custas e despesas do processo e honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.

**P. R. I. C.**

São Carlos, 04 de fevereiro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**